

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 04.739.936/0001-90
Belo Horizonte - MG

Cemig PCH S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 07 de junho 2017, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Concessionárias e Permissonárias (contas a receber não faturado);
- Nota 8 – Imobilizado (Depreciação);
- Nota 13 – Receita (Não faturada);
- Nota 16 – Imposto de Renda e Contribuição Social.

2.5. Normas, interpretações e modificações que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, com possíveis impactos para a Companhia

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício:

- Alterações à IAS 1 – Iniciativa de Divulgação – oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática.
- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012-2014 – incluem diversas alterações a uma série de IFRSs, resumidas a seguir:

As alterações à IFRS 5 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de "mantido para venda" para "mantido para distribuição para titulares" (ou vice-versa).

As alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos;

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

2.6. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações ao IAS 12 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) – altera o IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa Para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.

Em relação ao impairment de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com clientes – em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia ainda está avaliando os impactos que estas novas normas e alterações de normas existentes terão sobre os valores e divulgações apresentadas nas suas Demonstrações Financeiras.

2.7. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras.

a) Concessionárias e Permissonárias

As contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissonárias são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

b) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e reflete a vida útil estimada dos bens. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, caso aplicável a Companhia, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 8 das Demonstrações Financeiras.

c) Redução ao valor recuperável

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

e) Receita

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia disponibilizada e nos preços especificados nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é realizado em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

f) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

g) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível ao acionista controlador da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados. Não há diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Bancos conta movimento.....	1.912	179
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	625	382
Overnight.....	2.797	649
	5.334	1.210

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variou entre 90% a 105,25% em 2016 (75% a 108% em 2015), conforme operação.

As operações de overnight que consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 13,64% (entre 14,13% e 14,14% em 2015) e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras, com carência para resgate acima de 90 dias.

	2016			2015		
	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total
Certificados de depósitos bancários.....	248	–	248	706	–	706
Letras Financeiras Bancos	5.504	106	5.610	2.289	83	2.372
Letras Financeiras do Tesouro	1.459	–	1.459	465	–	465
Debêntures	550	242	792	797	–	797
Outros.....	–	–	–	1	–	1
	7.761	348	8.109	4.257	84	4.341

8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2016			2015		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço		108.759	(38.525)	70.234	107.455	(33.941)	73.514
Terrenos, O. Cív. Benfeitorias e Edificações	4,30	28.949	(9.903)	19.046	28.949	(8.660)	20.289
Reservatórios, Barragens e Adutoras	4,35	47.500	(16.057)	31.443	47.487	(13.927)	33.560
Máquinas e Equipamentos	4,09	32.301	(12.559)	19.742	31.010	(11.348)	19.662
Móveis Utensílios	6,25	9	(6)	3	9	(6)	3
Em Curso		432	–	432	1.343	–	1.343
Total		109.191	(38.525)	70.666	108.798	(33.941)	74.857

A mutação do Ativo Imobilizado em 2016 é como segue:

	Saldo em 2015	Adições	Baixas e Alienações	Transferências	Depreciação	Saldo em 2016
Em Serviço	73.514					73.514
Terrenos, O. Cív. Benfeitorias e Edificações	20.289		(34)	1.357	(4.603)	19.046
Reservatórios, Barragens e Adutoras	33.560		(54)	(54)	(2.063)	31.443
Máquinas e Equipamentos	19.662		(34)	1.414	(1.300)	19.742
Veículos						
Móveis Utensílios	3					3
Em Curso	1.343	446		(1.357)		432
Total	74.857	446	(34)	–	(4.603)	70.666

Os Ativos Imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. A taxa média de depreciação é 4,26% a.a. em 2016 e 2015.

Os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Os bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, possuem autorização prévia da ANEEL para desvinculação, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

9. FORNECEDORES

	2016	2015
Circulante		
Materiais e Serviços.....	516	643
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	831	444
Retenção Contratual.....	13	13
	1.360	1.100
Circulante	1.347	1.087
Não Circulante	13	13

10. PROVISÕES

A Companhia não é parte em processos administrativos e judiciais em 2016 e 2015.

11. TRIBUTOS

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	2016	2015
Circulante		
ICMS.....	434	380
COFINS.....	100	75
PASEP.....	22	16
INSS.....	10	70
Outros.....	–	29
Total	566	570
Não Circulante		
COFINS.....	1.310	1.146
PASEP.....	284	248
Total	1.594	1.394

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variou entre 100,5% a 105,25% em 2016 (entre 75% e 109% em 2015) conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig PCH possuem taxa de remuneração que variou entre 104,25% a 112,7% em 2016 (entre 105% e 116,7% em 2015) do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento – FIC Pampulha possuem taxa de remuneração que variou entre 104,25% a 113% em 2016 (entre 105,4% e 113% em 2015) do CDI.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldo a Vencer		Total	
	2016	2015	2016	2015
Fornecimento de Energia				
Industrial	2.143	2.143	–	–
Fornecimento Não Faturado	1.912	1.912	1.791	1.791
Suprimento Moeda Nacional	6.007	6.007	4.890	4.890
Total	10.062	10.062	6.681	6.681

A Companhia não constituiu Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa pelo fato da Administração considerar que não há riscos de perdas na realização destas contas a receber.

6. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

	2016	2015
Obrigações Fiscais		
PIS/COFINS.....	1.575	1.376
TOTAL	1.575	1.376

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se a contingências de obrigações fiscais – exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS e possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2016	2015
Circulante		
ICMS a recuperar.....	16	8
TOTAL	16	8

	2016			2015		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	108.759	(38.525)	70.234	107.455	(33.941)	73.514
Terrenos, O. Cív. Benfeitorias e Edificações	4,30	28.949	(9.903)	19.046	28.949	(8.660)
Reservatórios, Barragens e Adutoras	4,35	47.500	(16.057)	31.443	47.487	(13.927)
Máquinas e Equipamentos	4,09	32.301	(12.559)	19.742	31.010	(11.348)
Móveis Utensílios	6,25	9	(6)	3	9	(6)
Em Curso	432	–	432	1.343	–	1.343
Total	109.191	(38.525)	70.666	108.798	(33.941)	74.857

	Saldo em 2015	Adições	Baixas e Alienações	Transferências	Depreciação	Saldo em 2016
Em Serviço	73.514					73.514
Terrenos, O. Cív. Benfeitorias e Edificações	20.289		(34)	1.357	(4.603)	19.046
Reservatórios, Barragens e Adutoras	33.560		(54)	(54)	(2.063)	31.443
Máquinas e Equipamentos	19.662		(34)	1.414	(1.300)	19.742
Veículos						
Móveis Utensílios	3					3
Em Curso	1.343	446		(1.357)		432
Total	74.857	446	(34)	–	(4.603)	70.666

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2016	2015
Circulante		
Imposto de Renda.....	267	236
Contribuição Social.....	198	189
Total	465	425

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

	2016	2015
Imposto de Renda diferido		